

## *Education at a Glance 2008*

### *OCDE Nota para o Brasil*

Os governos estão cada vez mais atentos às comparações internacionais, uma vez que buscam políticas públicas efetivas, capazes de melhorar os indicadores econômicos e sociais, de promover eficiência no ensino e de ajudar a mobilizar recursos para demandas crescentes.

Em resposta a essa necessidade de informação, a Diretoria de Educação da OCDE se esforça para desenvolver e analisar quantitativamente indicadores internacionais comparáveis, que são publicados anualmente no *Education at a Glance* (Panorama da Educação). Esses indicadores permitem aos formuladores de políticas educacionais e técnicos analisar seus sistemas educacionais em relação ao desempenho dos outros países e, juntamente com a OCDE, apoiar e rever esforços empreendidos em políticas educacionais.

Nesta nota estão os principais destaques do Brasil na publicação.

A publicação *Education at a Glance 2008* (Panorama Educacional), assim como o sumário executivo, os dados e as tabelas *on-line* podem ser obtidos por meio de *download* gratuito no site [www.oecd.org/edu/eag2008](http://www.oecd.org/edu/eag2008).

*Qualquer dúvida, contatar:*

Andreas Schleicher

Head of the Indicators and Analysis Division

OECD Directorate for Education

Tel: +33 1 4524 9366, e-mail [andreas.schleicher@OECD.org](mailto:andreas.schleicher@OECD.org)

Maria da Graças Moreira Costa

Coordenadora de Estatísticas Internacionais

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Tel.: +55 61 21049702, e-mail: [graça@inep.gov.br](mailto:graça@inep.gov.br)

## **DESAFIOS DE QUALIDADE E QUANTIDADE**

A expansão da participação educacional e a melhoria dos resultados educacionais prosseguem, em uma velocidade que ultrapassa as projeções. A conclusão do segundo ciclo da educação secundária é quase universal nos países da OCDE. A expansão chegou também à educação terciária. Enquanto, em 1995, 37% da população total tinha concluído a educação terciária, os números mais recentes mostram que esse percentual subiu para 57% entre os países da OCDE. É difícil prever o futuro. Irá a educação terciária continuar a se expandir rapidamente, aumentando a demanda por mão-de-obra especializada? Ou parará de crescer e diminuirá os ganhos relativos para quem tiver concluído esse nível de ensino? No começo de século 20, poucos poderiam prever que, entre os países da OCDE, o segundo ciclo da educação da educação secundária seria quase universal no final desse século. Desse modo, é igualmente difícil prever como a educação terciária vai terminar o século 21. A publicação *Education at a Glance* traz um perfil da qualificação profissional da população, assim como indicadores que mostram as tendências quantitativas e qualitativas dos resultados das instituições educacionais. Pela primeira vez, a publicação relaciona as qualificações produzidas pelo sistema educacional e a sua organização entre os grupos ocupacionais, o que possibilita medir a demanda por qualificações.

<b>Tendências Globais</b>	<b>Resultados para o Brasil</b>
<p><b>Os sistemas educacionais continuam a expandir-se rapidamente...</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• O número de pessoas que concluíram a educação terciária (educação superior) aumentou substancialmente. Pela primeira vez, atinge 1/3 da população entre 25 e 34 anos dos países da OCDE. Entre 1995 e 2006, o número de pessoas com nível universitário aumentou de 20% para 37% (Table A3.2).</li><li>• Ciências Sociais, Administração e Direito são as áreas com maior número de graduados na maioria dos países. Entre os países da OCDE, representam 37% da educação terciária acadêmica. (Table A3.4 a)</li><li>• Nessas áreas, número de indivíduos com nível terciário concluído na parcela mais jovem da população (25 a 34 anos) ultrapassa, em média, 3,6 indivíduos, quando comparado com a população entre 55 e 64 anos. (Table A1.5).</li></ul> <p><b>...e as taxas atuais indicam que a expansão deve continuar.</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• O número de ingressantes na educação terciária acadêmica aumentou substancialmente entre 1995 e 2006, em média, 20 pontos percentuais entre os países da OCDE. Entre 2000 e 2006, o crescimento excedeu 10 pontos percentuais em 11 dos 25 países da OCDE que têm dados disponíveis. (Table A2.5).</li><li>• As mulheres representam cerca de 54% dos</li></ul>	<p><b>Brasil está se esforçando para melhorar seus baixos níveis de conclusão da educação terciária.</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• No Brasil, o percentual da população entre 25 e 34 anos que tem a educação terciária (nível superior) é de 8%. Duas vezes maior que a população entre 55 e 64 anos (4%). O percentual de pessoas com a educação terciária concluída na população de 35 a 44 anos é de 9%. Essa taxa é a menor entre todos os países (Table A1.3a).</li><li>• Os dados do Brasil mostram que, pela primeira vez, as taxas de graduação na educação terciária acadêmica aumentaram de 10% para 15% entre 2000 a 2003, do que se infere que foram feitos progressos (Table A3.2).</li><li>• No Brasil, 41% dos estudantes da educação terciária acadêmica e programas de pesquisa são das áreas de Ciências Sociais, Administração, Direito e serviços (entre os países da OCDE, a média é de 37%); 33% dos estudantes são das áreas de Humanas, Artes e Educação (a média dos países da OCDE é de 25%); 13% estão em áreas de Saúde e Bem-estar (média igual a dos países da OCDE) e em torno de 5% em Ciências Biológicas, Física e Agricultura (abaixo da média dos países da OCDE, que é de 7%); 5% em Produção e Construção (abaixo também da média dos países da OCDE, que é de 12%) e apenas 3% se graduam em Matemática e Ciências da Computação (abaixo da OCDE, que tem média de 5%). (Table A3.4a).</li></ul>

ingressantes da educação terciária nos países da OCDE. Contudo, há diferenças entre gêneros no que se refere à área educacional. Duas áreas têm forte representação feminina: Saúde e Bem-Estar e Humanidades (Artes e Educação), com 75% e 68%, respectivamente. A proporção de mulheres que escolheram Ciências (incluindo Ciências Biológicas, Física, Matemática, Computação, Engenharia, Produção, Construção e Agricultura) é de 35%. (Table A2.6).

- O percentual de graduados nos campos relacionados a ciência (Engenharia, Produção e Construção, Ciências Biológicas, Física, Agricultura, Matemática e Ciências Computacionais) é de 13%, o que representa cerca da metade da média dos países da OCDE. (Table A3.4a).

<b>Tendências Globais</b>	<b>Resultados para o Brasil</b>
<p data-bbox="139 302 748 365"><b>A internacionalização da educação terciária está acontecendo rapidamente.</b></p> <ul data-bbox="139 453 761 751" style="list-style-type: none"> <li data-bbox="139 453 761 583">• Em 2006, mais de 2,9 milhões de estudantes da educação terciária estavam matriculados em um país estrangeiro. Isso representa um aumento de 52% em relação ao ano 2000 (Box C3.1).</li> <li data-bbox="139 621 761 751">• Cerca de 30% dos alunos estrangeiros estão matriculados em Ciências, Agricultura ou Engenharia na Finlândia, Alemanha, Hungria, Suécia, Suíça e Estados Unidos (Table C3.5).</li> </ul>	<p data-bbox="812 268 1500 403"><b>Cerca de 94% dos cidadãos brasileiros que estudam no exterior estão em países da OCDE. Os principais destinos escolhidos são: Estados Unidos, França, Espanha, Alemanha e Portugal.</b></p> <ul data-bbox="812 436 1500 974" style="list-style-type: none"> <li data-bbox="812 436 1500 571">• Do total de cidadãos brasileiros estudando em países da OCDE, 34% estão nos Estados Unidos, 9,9% na França, 9,3% na Espanha, 9,2% na Alemanha, 9,0% em Portugal e 5,5% no Reino Unido (Table C3.3).</li> <li data-bbox="812 604 1500 739">• Os estudantes brasileiros representam cerca de 11% dos estudantes da educação terciária de Portugal e são a maior comunidade de estudantes estrangeiros na educação superior do país (Table C3.2).</li> <li data-bbox="812 772 1500 974">• Considerando-se as principais destinações de estudantes estrangeiros de nível terciário no mundo (França, Alemanha, Reino Unido e Estados Unidos), os estudantes brasileiros constituem 0,9% dos estudantes estrangeiros na França, 0,9% na Alemanha, 0,4% no Reino Unido e 1,2% nos Estados Unidos. (Table C3.2).</li> </ul>

<b>Tendências Globais</b>	<b>Resultados para o Brasil</b>
<p data-bbox="139 1108 776 1171"><b>Pela primeira vez, os indicadores comparam modos de monitoramento das escolas.</b></p> <ul data-bbox="139 1226 776 1730" style="list-style-type: none"> <li data-bbox="139 1226 776 1520">• No total, 22 países da OCDE e associados fazem exames e/ou avaliações, e 17 deles avaliam as escolas (por auto-avaliação e/ou visita de inspetores externos). As avaliações de estudantes (avaliações sem efeito civil para o estudante) são praticadas por 17 países, mas exames nacionais (aqueles que trazem efeito civil para o estudante) são realizadas em 10 países. (Tables D5.1, D5.2, D5.5, D5.6).</li> <li data-bbox="139 1554 776 1625">• A auto-avaliação da escola, em geral realizada anualmente, é exigida em 14 países (Table D5.6).</li> <li data-bbox="139 1659 776 1730">• A inspeção nas escolas é exigida em 14 países, geralmente uma vez a cada três anos (Table D5.5).</li> </ul>	<p data-bbox="812 1058 1500 1192"><b>Avaliações periódicas nacionais em Matemática e na língua nacional são utilizadas como ferramentas para medir o desempenho do estudante no segundo ciclo da educação secundária.</b></p> <ul data-bbox="812 1226 1500 1816" style="list-style-type: none"> <li data-bbox="812 1226 1500 1394">• O Brasil não tem exames nacionais (aqueles que trazem efeito civil para o estudante) no primeiro ciclo da educação secundária (1ª a 4ª série ou 1º a 5º ano), mas tem avaliações de estudantes (avaliações sem efeito civil para o estudante) (Tables D5.1 e D5.2).</li> <li data-bbox="812 1407 1500 1575">• No Brasil, as matérias das avaliações de estudantes no primeiro ciclo da educação secundária são Matemática e a língua de instrução. Contudo, a participação na avaliação não é compulsória para as escolas. (Table D5.1).</li> <li data-bbox="812 1587 1500 1696">• Essa avaliação de estudantes acontece na série de número 8, como na Bélgica, Hungria, Escócia, Turquia e Israel (Table D5.2).</li> <li data-bbox="812 1709 1500 1816">• Também não existe, no primeiro ciclo da educação secundária, avaliação por inspetores ou auto-avaliação da escola. (Tables D5.5 e D5.6).</li> </ul>

<b>Tendências Globais</b>	<b>Resultados para o Brasil</b>
<p data-bbox="138 275 761 436"><b>O número médio de horas de aula nas escolas públicas do primeiro ciclo da educação secundária é de 717 horas, mas varia de 548 horas na Coreia a mais de 1000 no México e Estados Unidos.</b></p> <ul data-bbox="138 478 761 1283" style="list-style-type: none"> <li data-bbox="138 478 761 674">• O número de horas lecionadas nas escolas públicas de educação primária é de 812 horas por ano em média (9 a mais do que em 2005), mas varia de menos de 650 horas na Dinamarca, Turquia e Estônia a 1080 horas nos Estados Unidos. (Table D4.1).</li> <li data-bbox="138 716 761 877">• O número médio de horas lecionadas na educação secundária do segundo ciclo é de 667 horas, mas apresenta grande variação, uma vez que é de 364 horas na Dinamarca e de 1.080 horas nos Estados Unidos (Table D4.1).</li> <li data-bbox="138 919 761 1010">• A composição do tempo de ensino anual dos professores, em dias, semanas ou horas varia consideravelmente. (Table D4.1).</li> <li data-bbox="138 1052 761 1283">• As legislações que determinam o tempo de trabalho do professor também variam enormemente. Na maioria dos países, é formalmente exigido que os professores trabalhem durante um número específico de horas. Em outros, há apenas a determinação do número mínimo e máximo de aulas por semana.</li> </ul>	<p data-bbox="812 275 1482 436"><b>Os professores no Brasil lecionam mais semanas e dias do que a média dos países da OCDE, mas as horas de trabalho estatutário dos professores brasileiros são metade da média dos países da OCDE.</b></p> <ul data-bbox="812 478 1482 1247" style="list-style-type: none"> <li data-bbox="812 478 1482 611">• O Brasil, assim como a Dinamarca e o México, exige 200 dias de instrução dos professores da educação primária. Esse número está acima da média dos países da OCDE, que é de 187 dias. (Table D4.1).</li> <li data-bbox="812 653 1482 785">• No nível primário, as 40 semanas de instrução exigidas para professores no Brasil está acima da média de 38 semanas dos países da OCDE. Apenas Dinamarca e México exigem maior número de horas. (Table D4.1).</li> <li data-bbox="812 827 1482 1247">• Contudo, tanto o período líquido de ensino, em horas, quanto o tempo exigido de trabalho na escola, também em horas, estão abaixo da média dos países da OCDE. Na educação primária, o período líquido de ensino é de 12 horas a menos do que a média dos países da OCDE, (embora, na educação secundária, seja 133 horas acima da média da OCDE) e o tempo de trabalho é de 385 horas a menos do que a média dos países da OCDE. A diferença se torna mais evidente quando se observa o período de trabalho estatutário, em horas, na educação primária. O Brasil exige 800 horas, enquanto a média da OCDE é 1.662 (Table D4.1).</li> </ul>

## DESAFIOS DE EQUIDADE

Enquanto os indivíduos altamente qualificados continuam a ter fortes retornos no mercado de trabalho, aqueles sem boas qualificações (definidos pela OCDE como os que não concluíram o segundo ciclo da educação secundária) têm poucas perspectivas na maioria dos países. Contudo, é cada vez mais importante para a educação e para o sistema educacional assegurar que os jovens saiam da escola com boas qualificações educacionais. *Education at a Glance 2008* traz uma série de indicadores que mostram as disparidades no sistema educacional e suas conseqüências para o mercado de trabalho.

<b>Tendências Globais</b>	<b>Resultados para o Brasil</b>
<p data-bbox="139 562 761 688"><b>Na maioria dos países da OCDE, todos têm acesso a, pelo menos, 12 anos de educação formal, e a grande maioria das crianças está matriculada na escola (taxas maiores que 90%)</b></p> <ul data-bbox="139 730 761 1465" style="list-style-type: none"><li data-bbox="139 730 761 926">• Na Bélgica, França, Alemanha, Hungria, Islândia, Japão, Noruega e Espanha, pelo menos 90% dos estudantes ficam matriculados por 14 anos ou mais. Já Turquia e México só atingem taxas maiores de 90% por 6 e 9 anos, respectivamente. (Table C2.1).</li><li data-bbox="139 951 761 1115">• Taxas de matrículas de crianças de até 4 anos foi menor do que 25%, na Coréia e Turquia, e mais de 90%, na Bélgica, Dinamarca, França, Alemanha, Islândia, Itália, Nova Zelândia, Espanha e Reino Unido (Table C2.1).</li><li data-bbox="139 1140 761 1465">• As taxas de matrícula para a população de 15 a 19 anos aumentaram, em média, de 74% para 81%, de 1995 a 2006. Na Bélgica, Grécia, Polônia e Eslovênia, elas atingiram mais de 90% em 2006. As taxas de matrícula para a população de 20 a 29 anos (faixa etária em que a maioria está na educação terciária) seguem padrões similares. Entre 1995 e 2006, as taxas de matrícula aumentaram em todos os países da OCDE, exceto em Portugal e Reino Unido. (Table C2.2).</li></ul>	<p data-bbox="813 562 1482 657"><b>As taxas de matrícula no Brasil estão ainda um pouco abaixo da média da OCDE, mas houve avanços.</b></p> <ul data-bbox="813 699 1482 1904" style="list-style-type: none"><li data-bbox="813 699 1482 793">• O tempo em que 90% da população fica matriculada é de 10 anos. O que significa 3 anos a menos do que a média da OCDE (Table C2.1).</li><li data-bbox="813 835 1482 930">• Apesar de a idade do fim da educação compulsória ser 14 anos, 90% da população matriculada têm de 7 a 16 anos. (Table C2.1).</li><li data-bbox="813 972 1482 1266">• De 2000 a 2005, a taxa de matrícula dos alunos entre 15 e 19 anos aumentou de 75% para 80%, enquanto a dos países da OCDE subiu de 77% a 81%. O percentual de matrículas desse grupo etário é maior ou similar a países como Áustria, Canadá, Itália, Luxemburgo, México, Nova Zelândia, Portugal, Turquia, Reino Unido, Estados Unidos, Chile, Israel e Rússia, onde o fim da educação compulsória vai de 14 a 18 anos (Tables C2.1 e C2.2).</li><li data-bbox="813 1308 1482 1602">• Em 2005, cerca de 93% da população de 5 a 14 anos estava matriculada, e cerca de 80% da população de 15 a 19 anos estudava tempo integral ou parcial em instituições públicas ou privadas. Embora os percentuais do País estejam ainda um pouco abaixo dos percentuais dos países da OCDE, os avanços são encorajadores, uma vez que o Brasil parece estar chegando rapidamente à média dos países da OCDE. (Table C2.1 e C2.2).</li><li data-bbox="813 1644 1482 1904">• Na população de 20 a 29 anos, 21% ainda estão estudando. Esse percentual está um pouco abaixo da média da OCDE, que é de 25%. Contudo, na população de 30 a 39 anos e na acima de 40, o percentual de matrículas é de 8,0% e 2,4%, respectivamente. Esses percentuais estão bem acima dos percentuais de matrículas dos países da OCDE. (Table C2.1).</li></ul>

<b>Tendências Globais</b>	<b>Resultados para o Brasil</b>
<p data-bbox="138 237 761 401"><b>A proporção de estudantes que completou o segundo ciclo da educação secundária aumentou em quase todos os países da OCDE, mas ainda há uma minoria de indivíduos que está fora da escola.</b></p> <ul data-bbox="138 422 781 814" style="list-style-type: none"> <li data-bbox="138 422 781 554">• Nos últimos 11 anos, o número de estudantes que concluiu o segundo ciclo da educação secundária aumentou, em média, 7 pontos percentuais nos países da OCDE.</li> <li data-bbox="138 590 781 814">• Em 16 dos 23 países da OCDE, as taxas de conclusão do segundo ciclo da educação secundária, na idade correta, é de 80% ou mais. Contudo, em Luxemburgo, México, Nova Zelândia, Espanha, Suécia, Turquia e Estados Unidos, mais de 20% dos alunos deixam a escola sem concluir esse nível educacional.(Tables A1.2a e A2.2).</li> </ul>	<p data-bbox="810 237 1498 369"><b>O Brasil apresentou melhoras no número de indivíduos que concluíram o segundo ciclo da educação secundária, mas continua abaixo da média dos países da OCDE.</b></p> <ul data-bbox="836 407 1495 1106" style="list-style-type: none"> <li data-bbox="836 407 1495 632">• No total, 30% da população brasileira entre 25 e 64 anos concluíram o segundo ciclo da educação secundária. Alguns países da OCDE, como Portugal, México e Turquia, enfrentam situações semelhantes, em que menos de 50% da população concluiu o segundo ciclo da educação secundária (Table A1.2a e Chart A1.2).</li> <li data-bbox="836 657 1495 789">• No Brasil, 38% da população entre 25 e 34 anos concluiu o segundo ciclo da educação secundária. Isso é quase metade do valor dos países da OCDE, que é de 78%. (Table A1.2a).</li> <li data-bbox="836 814 1495 1106">• É importante ressaltar que o Brasil tem também o menor percentual (11%) de pessoas entre 55 a 64 anos que concluíram o segundo ciclo da educação secundária. Contudo, a diferença nas taxas de conclusão desse nível educacional entre a população de 25 a 34 anos e de 55 a 64 anos é de 27 pontos percentuais e acima da média dos países da OCDE (23 pontos percentuais de diferença), o que indica um progresso do País.(Table A1.2a).</li> </ul>

<b>Tendências Globais</b>	<b>Resultados para o Brasil</b>
<p data-bbox="138 1236 761 1369"><b>Em quase metade dos países da OCDE, a maioria dos estudantes do segundo ciclo da educação secundária está matriculada em programas vocacionais.</b></p> <ul data-bbox="138 1407 761 1539" style="list-style-type: none"> <li data-bbox="138 1407 761 1539">• Entretanto, o rendimento dos alunos dos programas vocacionais nas matérias mais importantes tende a ser menor do que o dos alunos dos programas gerais.</li> </ul>	<p data-bbox="810 1236 1498 1369"><b>O Brasil não segue a mesma tendência, uma vez que a maioria de seus estudantes do segundo ciclo da educação secundária está matriculada em programas gerais.</b></p> <ul data-bbox="836 1407 1495 1507" style="list-style-type: none"> <li data-bbox="836 1407 1495 1507">• Em 2005, 94% dos alunos estavam matriculados em programas gerais, e apenas 6% estavam matriculados nos programas vocacionais. (Table C1.1).</li> </ul>

## **INDICADORES FINANCEIROS – Gastos em Educação Por Estudante**

Este indicador fornece uma avaliação de investimento financeiro por cada estudante. Os gastos nas instituições educacionais por estudante são largamente influenciados por salários de professores, sistemas de pensões, capacitação de aprendizagem, materiais e instalações de ensino e o número de estudantes matriculados no sistema educacional. As políticas para atrair novos professores ou para reduzir o tamanho médio da classe também contribuíram para mudanças nos gastos por estudante.

<b>Tendências Globais</b>	<b>Resultados para o Brasil</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Os países da OCDE gastam em média USD 87 720 por estudante, dentro da duração teórica dos estudos da educação primária (ensino fundamental inicial) e do primeiro nível da educação secundária (ensino fundamental final).</li><li>• Na educação primária, o gasto médio dos países da OCDE, dentro da duração teórica, é de USD 36.112.</li><li>• O gasto médio por estudante na educação primária dos países da OCDE é de USD 6.173.</li><li>• Na educação terciária, o gasto médio é de USD 15.559.</li><li>• Gastos nas instituições de ensino por estudante, em média, são de 21% do PIB <i>per capita</i> na educação primária, 26% no primeiro nível da educação secundária e 40% na educação terciária.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• O Brasil despense, em média, USD 13.834 por estudante dentro da duração teórica dos estudos da educação primária (ensino fundamental inicial) e do primeiro nível da educação secundária (ensino fundamental final).</li><li>• Na educação primária, o gasto médio dentro da duração teórica é de USD 5.701.</li><li>• O gasto médio por estudante na educação primária no Brasil é de USD 1.425.</li><li>• Na educação terciária, o gasto médio é de USD 9.994.</li><li>• Gastos por estudante em relação ao PIB <i>per capita</i> equivalem a 15% na educação primária, a 15 % no primeiro nível da educação secundária e a 108% na educação terciária.</li></ul>

## ***INDICADORES FINANCEIROS - Gastos com Instituições de Ensino em Relação ao Produto Interno Bruto (PIB)***

Os gastos nas instituições de ensino como percentual em relação ao PIB mostram como um país prioriza a educação em relação à dotação global de recursos. As taxas escolares e os investimentos em educação de fontes de entidades privadas que não sejam do orçamento familiar têm um forte impacto nos diferentes montantes de recursos financeiros que os países da OCDE investem em seus sistemas de educação, especialmente na educação superior.

<b>Tendências Globais</b>	<b>Resultados para o Brasil</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Cerca de 60% dos gastos, ou 3,7% do PIB dos países da área da OCDE, é para a educação primária, secundária e o pós-secundário não-terciário.</li><li>• A educação terciária corresponde a cerca de um terço dos gastos dos países da OCDE combinados. (2,0% do PIB).</li><li>• Muitas pessoas estão completando o segundo nível da educação secundária (ensino médio) e a educação terciária antes do que o usual e, em muitos países, a expansão tem sido acompanhada por fortes investimentos financeiros. Para todos os níveis de ensino combinados, os investimentos financeiros públicos e privados aumentaram em todos os países em cerca de 8% entre 1995 e 2005, em valores reais.</li><li>• O percentual médio dos gastos em educação nos países da OCDE é de 6,1 % em relação ao PIB (3,7% na educação primária e secundária e 2% na educação terciária).</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Em 2005, o Brasil despendeu 4,4% (3,7% em 1995) do PIB em todos os níveis de ensino combinados (apenas gastos públicos). Na educação terciária, o País aloca 0,8% (0,7% em 1995) do PIB e 3,2% (2,6%) na educação primária e secundária.</li><li>• Entre 2000 e 2005, houve um aumento de 35% do percentual dos gastos em educação em relação ao PIB no Brasil em todos os níveis de ensino combinados e, na média dos países da OCDE o incremento foi de 21% no período.</li><li>• Na educação primária e secundária, esse aumento foi de 41% entre 2000 e 2005, e a média dos países da OCDE combinados foi de 19% nesse mesmo período.</li></ul>

## **INDICADORES FINANCEIROS – Total de Gastos Públicos com Educação**

Os gastos públicos com educação como porcentagem do volume total de gastos públicos indicam o valor da educação em relação ao valor de outros investimentos públicos, tais como saúde, previdência social, defesa e segurança. Fornecem um contexto importante para os demais indicadores relativos a gastos e são a quantificação de uma ferramenta importante de alavancagem de políticas, independente de outro fator.

<b>Tendências Globais</b>	<b>Resultados para o Brasil</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Os valores públicos disponíveis de educação são uma prioridade social sempre em países da OCDE com baixo envolvimento público em outras áreas. Entre 1995 e 2005, o orçamento público como um percentual do PIB tendeu para um aumento insignificante.</li><li>• O aumento principal em gasto público em educação, relativo à despesa total pública, tomou lugar de 1995 para 2005 e, nesse período, os gastos públicos em educação e de outros setores públicos aumentaram na mesma proporção de 2000 para 2005.</li><li>• Através da média dos países da OCDE, 85% dos gastos públicos em educação é transferido para as instituições públicas. Em dois terços dos países da OCDE, bem como nos países parceiros, Brasil, Estônia e Eslovênia, a parte dos gastos públicos em educação indo para as instituições públicas excede em 80%.</li><li>• Nos países da OCDE, a média da proporção dos gastos em educação em relação aos gastos públicos sociais é de 13,2% em todos os níveis de ensino combinados. Na educação terciária esse índice é de 3% e na educação primária e secundária é de 9,0% dos gastos sociais.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• No Brasil, em 2005, os gastos em educação corresponderam a 14,5% dos gastos públicos sociais em todos os níveis de ensino combinados.</li><li>• A educação terciária correspondeu a 2,8% e a educação primária e a secundária corresponderam a 10,6% dos gastos sociais.</li><li>• Entre 1995 e 2005, esse índice saltou de 11,2% para 14,5% no período, para todos os níveis de ensino combinados.</li></ul>

## ***INDICADORES FINANCEIROS – Quanto os estudantes da educação superior pagam e quais subsídios públicos eles recebem?***

Este indicador analisa as relações entre as taxas escolares cobradas pelas instituições, gastos públicos diretos e indiretos com instituições educacionais e subsídios públicos a famílias para custeio de subsistência do estudante. Analisa se os subsídios financeiros às famílias são fornecidos na forma de doações ou empréstimos e coloca questões importantes para esta discussão: bolsas de estudo e empréstimos educacionais são mais adequados em países em que as instituições cobram taxas escolares mais elevadas? Os empréstimos são meios efetivos para ajudar a aumentar a eficiência dos recursos financeiros investidos em educação e fazem diferença em alguns dos custos da educação para os beneficiários do investimento educacional? Os empréstimos educacionais são menos apropriados do que as doações, quando se trata de estimular estudantes de baixa renda a continuar sua educação?

<b>Tendências Globais</b>	<b>Resultados para o Brasil</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Uma média de 18% de despesas públicas na educação terciária são dedicados para o suporte de estudantes, famílias e outras entidades privadas. Na Austrália, Dinamarca, Holanda, Nova Zelândia, Noruega e Suécia e o país parceiro, Chile, os subsídios públicos para as famílias contabilizam cerca de 27% do orçamento público da educação terciária.</li><li>• Os países da OCDE em que os estudantes são requeridos para pagar taxas de matrículas e podem beneficiar-se de amplos subsídios públicos não mostram baixos níveis de acesso para a educação terciária.</li><li>• Os subsídios públicos para as famílias e outras entidades privadas como uma porcentagem do gasto público total em educação em relação ao PIB, para a educação terciária nos países da OCDE, foi de 17,6%.</li><li>• Nos países da OCDE, a ajuda financeira (bolsas de estudos e empréstimos educacionais) do setor público para os estudantes do setor privado na educação terciária foi de 17,3% dos gastos públicos em educação.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Para a educação terciária no Brasil, os subsídios públicos para as famílias e outras entidades privadas como uma porcentagem do gasto público total em educação em relação ao PIB foi de 12,1%.</li><li>• A ajuda financeira (bolsas de estudos e empréstimos educacionais) do setor público para os estudantes do setor privado na educação terciária foi de 11,1% dos gastos públicos em educação.</li></ul>

## **INDICADORES FINANCEIROS – Gastos em Educação por Categoria de Recurso e Serviço**

Este indicador compara os países da OCDE com relação à distribuição dos gastos entre gastos correntes e capital e a distribuição dos gastos correntes por categoria de recursos. Este indicador é amplamente influenciado por salários de professores, sistemas de pensão, distribuição etária dos professores, tamanho da equipe não-docente empregada na educação e a demanda para a expansão das matrículas requeridas com a construção de novos prédios. Este indicador compara também, como os países da OCDE distribuem o montante dos gastos em diferentes funções das instituições de ensino.

<b>Tendências Globais</b>	<b>Resultados para o Brasil</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Na educação primária, secundária e pós-secundária não-terciária, os países da OCDE despendem, em média, 20% das despesas correntes para outras despesas que não sejam de pagamento de salários e encargos do pessoal da educação.</li><li>• Os percentuais dos salários e encargos do pessoal da educação na educação terciária caem em relação aos demais níveis de ensino, devido ao alto custo de equipamentos e à construção de novos prédios para a expansão das matrículas. Na educação terciária, os países da OCDE despendem, em média, 32% das despesas correntes em outras despesas que não sejam para o pagamento dos salários e encargos do pessoal de educação.</li><li>• Na média, os países da OCDE despendem 0,2% do PIB em serviços auxiliares fornecidos para a educação primária e secundária. Isto representa 6% do total de despesas das instituições educacionais.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• No Brasil, a proporção das despesas correntes é de 93,2% (6,8% em despesas de capital) das despesas totais em educação na educação primária (nos países da OCDE é de 91,1% a proporção das despesas correntes em relação ao total). Esse índice aumenta para 94,6 % (5,45 em despesas de capital) para a educação secundária (nos países da OCDE é de 92,2%) e 94,8% (5,2% em despesas de capital) para a educação terciária (nos países da OCDE é de 90,4%).</li><li>• Do total das despesas correntes no Brasil, cerca de 74% (80,5% nos países da OCDE) são para o pagamento de pessoal da educação e seus encargos sociais na educação primária e na educação secundária. Esse índice sobe para cerca de 78% (68% nos países da OCDE) na educação terciária para essas despesas.</li></ul>

## OBSERVAÇÃO:

De acordo com a Classificação Internacional Padronizada da Educação de 1997 (ISCED97), há sete níveis educacionais. A seguir encontra-se a correspondência entre tais níveis e os níveis/modalidades do sistema educacional brasileiro.

**Tabela 1 - Correspondência entre os níveis educacionais do ISCED 97 e o Sistema Educacional Brasileiro (2004)**

<b>Níveis do ISCED 97</b>	<b>Sistema Educacional Brasileiro (2004)</b>
<b>ISCED 0</b> ( <i>Pré-primary level of education</i> ) (Educação Pré-primária)	<b>Creche e Pré-escola</b> (estudantes com três anos ou mais)
<b>ISCED 1</b> ( <i>Primary level of education</i> ) (Educação Primária)	<b>Ensino fundamental de 1ª a 4ª série ou equivalente</b>
<b>ISCED 2</b> ( <i>Lower secondary level of education</i> ) (1º nível da educação secundária)	<b>Ensino fundamental de 5ª a 8ª série ou equivalente</b>
<b>ISCED 3</b> ( <i>Upper secondary level of education</i> ) (2º nível da educação secundária)	<b>Ensino médio</b>
<b>ISCED 4</b> ( <i>Post-secondary non-tertiary</i> ) (Pós-secundário não-terciário)	( <i>Não se aplica ao Brasil</i> )
<b>ISCED 5</b> ( <i>First stage of tertiary education</i> ) (Primeiro estágio da educação terciária)	Educação terciária tipo B ( <b>Educação Superior em Tecnologia</b> )
	Educação terciária tipo A ( <b>demais cursos de graduação</b> ; excluindo-se os cursos seqüenciais e os de especialização <i>lato sensu</i> ).
<b>ISCED 6</b> ( <i>Second stage of tertiary education leading to an advanced research qualification</i> ) – <i>doctoral and pos-doctoral degrees</i> (Segundo estágio da educação terciária, levando a qualificação avançada para pesquisa) – doutorado e pós-doutorado.	Pós-graduação ( <i>stricto sensu</i> ): <b>mestrado, mestrado profissional e doutorado.</b> <u>Observação:</u> o curso de mestrado, na maioria dos países, é considerado um estágio mais avançado do ISCED 5A.